

Caracterização dos casos de estupro na cidade de Porto Velho-RO, 2015-2017

Fábio Ximenes Silva¹
Adriana Maria Andrade²
Sérgio William Domingues Teixeira³

Resumo

O objetivo deste trabalho é descrever os casos de estupro notificados por meio do o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) na cidade de Porto Velho, no período de 2015 a 2017. Trata-se de um estudo descritivo e retrospectivo. Foram utilizados dados secundários do Sinan a partir de consulta ao seu portal na internet disponibilizado pelo Ministério da Saúde. Foi constatado um total de 420 notificações para o período estipulado. Evidenciou-se que as vítimas foram em sua maioria do sexo feminino (95%), com faixa etária predominante entre 10 a 14 anos (43%), estupradas no interior da própria residência (62,38%), por agressores do sexo masculino (99,5%) e que faziam parte do círculo de convívio das vítimas. Esse estudo ajuda a compreender a necessidade do município em implementar políticas de enfrentamento dos casos de violência contra a mulher não restritas ao momento pós-denúncia, além de fortalecer os órgãos de proteção às vítimas, para que possam atuar inibindo essa prática, sobretudo em casos de repetição intrafamiliar.

Palavras-chave: Violência; Estupro; Porto Velho.

Abstract

The objective of this work is to describe the cases of rape notified through the Information System for Notifiable Diseases (Sinan) in the city of Porto Velho, from 2015 to 2017. This is a descriptive and retrospective study. Secondary data from Sinan were used after consulting its internet portal made available by the Ministry of Health. A total of 420 notifications were found for the stipulated period. It was evidenced that the victims were mostly female (95%), with a predominant age group between 10 and 14 years old (43%), raped inside their own residence (62.38%), by male aggressors (99.5%) and who were part of the victims' social circle. This study helps to understand the need of the municipality to implement policies to deal with cases of violence against women not restricted to the post-complaint moment, in addition to strengthening the protection bodies for victims,

¹ Mestre em Ensino em Ciências da Saúde (UFRO)

² Mestre em Ensino em Ciências da Saúde

³ Professor Adjunto do Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia (UNIR/RO). E-mail: swteixeira@uol.com.br

so that they can act inhibiting this practice, especially in cases intrafamily repetition.

Keywords: Violence; Rape; Porto Velho.

Introdução

A violência sexual é reconhecidamente um problema de saúde pública, embora a sociedade não perceba dessa forma. Seu combate envolve não somente o setor de saúde, mas o de segurança pública igualmente, em uma integração extremamente necessária para o atendimento adequado e precoce da vítima, de modo a evitar o maior número de sequelas, além de manter sua integridade física e psicológica (CAMPOS et al., 2004; DELZIOVO et al., 2018; OLIVEIRA et al., 2005).

O Ministério da Saúde considera violência sexual, de modo geral, aquela em que um agressor se vale de sua posição de poder em relação à vítima e, usando força física ou outro tipo de influência, armas ou drogas, obriga alguém a ter, presenciar ou participar de alguma forma de interação sexual, ou até mesmo usar sua sexualidade com finalidade de obter lucro, como vingança, ou com outra intenção (BRASIL, 2016).

O estupro é uma das formas de violência sexual e é definido no artigo 213 do Código Penal brasileiro, estabelecido pelo Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940, como o ato de “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. Nesse conceito, ressalta o Ministério da Saúde (BRASIL, 2016), a conjunção carnal pode envolver a penetração peniana ou de outro objeto no ânus, vagina ou boca, independentemente da orientação sexual ou do sexo da vítima.

No Brasil, as notificações de casos de violência sexual podem ocorrer em ambientes de saúde ou em outras entidades, como delegacias especializadas, conselhos tutelares, e outros. No âmbito da saúde, desde 2011, a violência sexual passou a ser um agravo de notificação compulsória, devendo ocorrer em

todos os serviços de saúde do país, conforme a Portaria nº 1.271 de 2014 do Ministério da Saúde.

Os dados das fichas de notificação integram o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), cujas informações são disponibilizadas na internet após seu processamento pelo Ministério da Saúde. Atualmente, os dados mais recentes contidos no sistema referem-se ao ano de 2017. Esse sistema possui limitações, como a subnotificação, porém consiste em importante ferramenta para pesquisas epidemiológicas. Abath et al (2014) avaliaram o módulo de violência do Sinan nos aspectos completude, consistência e duplicidade das variáveis, respectivamente, como regular, excelente e aceitável, a partir dos resultados obtidos de uma pesquisa realizada em Pernambuco.

Nesse sentido, o objetivo desse estudo é descrever as notificações dos casos de estupro ocorridos na cidade de Porto Velho-RO, no período de 2015 a 2017. Esse tipo de estudo busca servir de base para a implementação de políticas públicas que sejam eficazes para o combate à violência nas cidades (GASPAR; PEREIRA, 2018). Dessa forma, compilar e divulgar as informações a respeito dos casos de violência sexual, assim como descrever alguns fatores atrelados à agressão, possibilita subsidiar discussões relativas aos serviços de saúde (FACURI et al., 2013).

Metodologia

Estudo descritivo e retrospectivo sobre os casos de estupro ocorridos na cidade de Porto Velho-RO, no período de 2015 a 2017. Foram utilizados dados secundários do Sinan a partir de consulta ao seu portal na internet disponibilizado pelo Ministério da Saúde.

As características analisadas foram: quanto às vítimas (sexo, idade e raça), quanto ao agressor (relação de proximidade com a vítima, e se houve suspeita de ingestão de álcool), quanto ao local da ocorrência (se houve casos de repetição, quais os encaminhamentos no setor de saúde, e como foi a evolução do caso). Ressalta-se que a disponibilização de dados no Sinan é padronizada, portanto os dados referentes ao agressor são mais escassos do

que as informações sobre a vítima, uma vez que esta, ou seu representante, é quem procede à notificação do caso.

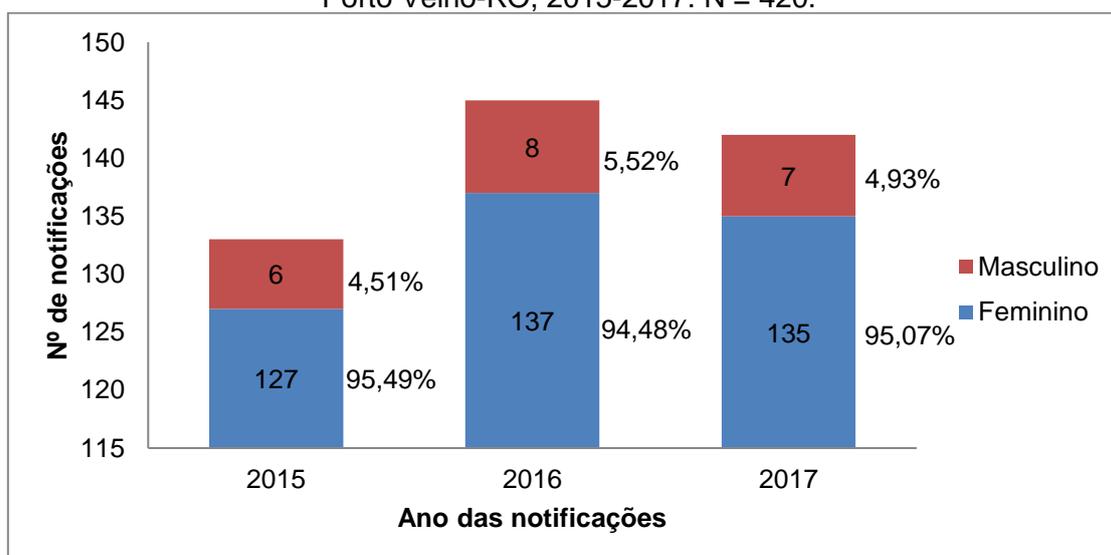
A partir das variáveis mencionadas foram realizadas comparações estatísticas com base no teste do qui-quadrado de Pearson (χ^2) com nível de significância de 5%. Os dados foram tabulados e analisados no software Microsoft Excel®.

Por se tratar de dados secundários e anônimos, o presente trabalho está dispensado de apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme disposto na Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Resultados

Foram identificadas 420 notificações de estupro no período de 2015 a 2017 em Porto Velho-RO, sendo 133 em 2015, 145 em 2016 e 142 em 2017, distribuídas conforme o Gráfico 1. As vítimas eram em sua maioria do sexo feminino (95%), autoidentificadas pela raça/cor parda (61,65%). Na maior parte das notificações (62,38%) houve registro de ocorrência do estupro dentro da própria residência da vítima.

Gráfico 1 – Evolução das notificações de casos de estupro quanto ao sexo da vítima, Porto Velho-RO, 2015-2017. N = 420.



As notificações consistem na quase totalidade (99,5%) em relatos de agressões ocasionadas por indivíduos do sexo masculino. Destaca-se que houve 262 casos de estupro nas residências das vítimas, mas em 8 notificações o grau de proximidade entre agressor e vítima foi ignorado. Excluindo essas notificações em que se desconhece o vínculo de proximidade com a vítima (conhecido ou desconhecido), perfazendo o total de 254, portanto, nota-se que a predominância das ocorrências (75,2%) tem como supostos agressores indivíduos do seu círculo de convívio, cabendo destaque a amigos ou conhecidos (30,71%), namorado (11,66%), padrasto (7,62%), cônjuge (5%) e pai (4,3%). Desses 254 casos em que foi relatado estupro nas residências, o suposto agressor é citado como pessoa próxima das vítimas em 221 notificações (87%; $p < 0,001$) (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição das notificações de estupro quanto ao vínculo do agressor e o local de ocorrência, Porto Velho-RO, 2015-2017. N = 387.

Local de ocorrência	Agressores				Total ^a		Valor de p ^b
	Conhecido		Desconhecido		(n=387; 100%)		
	s (n=291; 75,2%)		s (n=96; 24,8%)		n	%	
	n	%	n	%	n	%	
Residência	221	75,94	33	34,38	25	65,6	<0,001
Habituação coletiva	1	0,34	2	2,08	3	0,78	NA ^c
Escola	6	2,06	2	2,08	8	2,07	NA ^c
Prática esportiva	2	0,69	-	-	2	0,52	NA ^c
Bar ou similar	2	0,69	2	2,08	4	1,03	NA ^c
Via pública	6	2,06	28	29,17	34	8,78	<0,001
Comércio/Serviços	3	1,03	2	2,08	5	1,29	NA ^c
Indústrias/construção	2	0,69	3	3,13	5	1,29	NA ^c
Outros	23	7,90	16	16,67	39	10,08	0,013
Ignorado	25	8,60	8	8,33	33	8,53	0,937

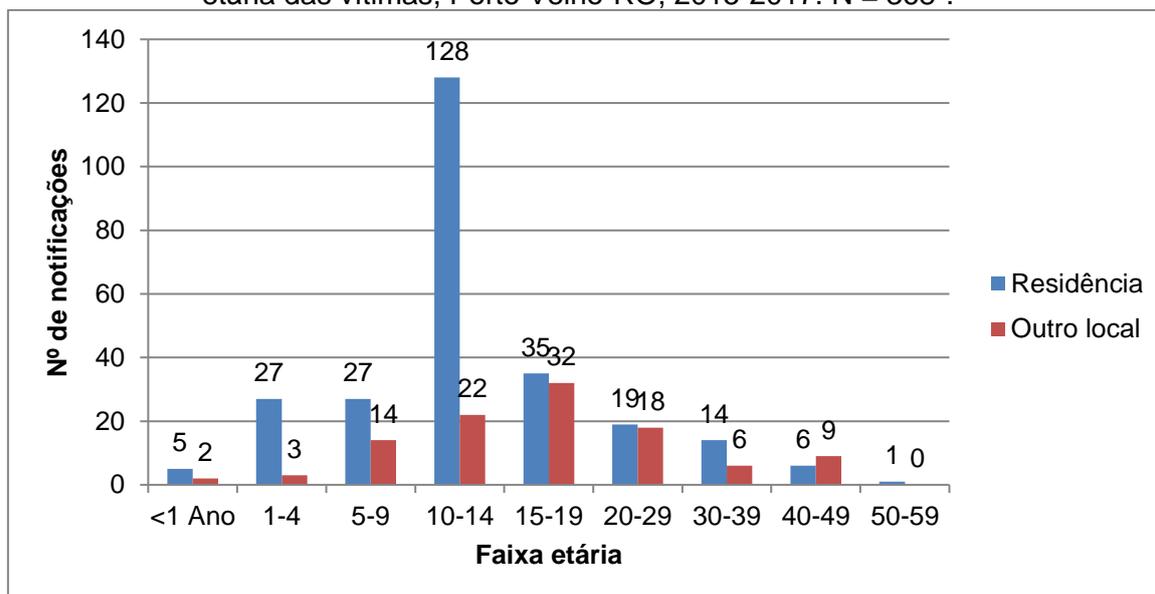
^a Não foram consideradas as notificações em que a informação sobre o vínculo com a vítima (conhecido ou desconhecido) foi ignorado.

^b Teste do qui-quadrado de Pearson

^c NA: Não se aplica – não foi calculado o teste de qui-quadrado, bem como o valor-p, devido à existência de células com valor esperado < 5.

Além disso, foi constatado que, dentre aqueles 262 casos notificados como ocorridos nas residências (62,38% do total de notificações), 128 foram contra vítimas de 10 a 14 anos de idade (48,85%), conforme apresentado no Gráfico 2. Cabe destacar que, das 420 notificações, foram relatadas violência de repetição em 168 (40%), das quais a maior parte (77%; $p < 0,001$) se repetiram na residência da vítima.

Gráfico 2 – Distribuição dos casos de estupro quanto ao local de ocorrência e a faixa etária das vítimas, Porto Velho-RO, 2015-2017. N = 368^a.



^a Não foram consideradas as notificações em que a informação sobre o local de ocorrência da violência foi ignorada.

Referente à faixa etária, na maior parte dos casos notificados as vítimas são de 10 a 14 anos de idade (44,11%; $p = 0,023$) para o sexo feminino. Nas 21 notificações (5%) de estupro com vítimas do sexo masculino, a maioria (66,67%) concentrou-se na faixa etária de 5 a 9 anos (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição das notificações de estupro quanto à faixa etária e o sexo da vítima, Porto Velho-RO, 2015-2017.

Faixa etária (anos)	Vítima				Total (n=420; 100%)		Valor de p ^a
	Feminino (n=399; 95%)		Masculino (n=21; 5%)		n	%	
	n	%	n	%			
< 1	8	2,01	-	-	8	1,90	NA ^b
1 – 4	35	8,77	2	9,52	37	8,81	NA ^b
5 – 9	33	8,27	14	66,67	47	11,19	NA ^b

10 – 14	176	44,11	4	19,05	180	42,86	0,023
15 – 19	70	17,54	1	4,76	71	16,90	NA ^b
20 – 29	38	9,52	-	-	38	9,05	NA ^b
30 – 39	22	5,51	-	-	22	5,24	NA ^b
40 – 49	16	4,01	-	-	16	3,81	NA ^b
50 – 59	1	0,25	-	-	1	0,24	NA ^b

^a Teste do qui-quadrado de Pearson

^b NA: Não se aplica – não foi calculado o teste de qui-quadrado, bem como o valor-p, devido à existência de células com valor esperado < 5.

No que se refere à evolução dos casos e aos encaminhamentos dados à vítima, em todas as 420 notificações esses campos estavam “em branco”.

Discussão

Este estudo evidencia que as mulheres consistem nas vítimas mais atingidas pelos crimes de estupro tendo como agressores em geral figuras masculinas (99,5%), que integram o seu círculo social de convívio (75,2%). Além disso, ressalta-se que os atos de violência ocorreram em maior proporção no interior das residências das vítimas (62,38%), se repetindo mais frequentemente também neste ambiente. Esses dados corroboram com outros estudos que mostram o domicílio como local de maior ocorrência de diversos tipos de violência contra as mulheres, inclusive sexual, bem como a ação de agressores próximos às vítimas, até mesmo parceiros íntimos (COSTA et al., 2007; GASPAR; PEREIRA, 2018; GUIMARÃES; VILLELA, 2011; MARTINS; JORGE, 2010; MIRANDA et al., 2014; SCHRAIBER et al., 2007).

Nesse sentido, frisa-se o estudo realizado por Oliveira et al (2009), o qual destaca que a violência ocasionada por parceiro íntimo é altamente prevalente estando associada a diversos aspectos sociais e locais, tais como número de gestações, violência sofrida pela mãe, violência sexual sofrida na infância e problemas com alcoolismo, entre outros. Além disso, os autores ressaltam os fatores ligados a questões de gênero, sugerindo, neste caso, o fortalecimento e implementação de políticas públicas voltadas à assistência das mulheres, jovens e adultas, que se encontram em situação de violência. A maior equidade social e de gênero deve ser atingida a partir da estruturação de estratégias capazes de

prevenir as ocorrências e promover transformações nos padrões hierárquicos de gênero (OLIVEIRA et al., 2009).

No que pese a maior prevalência encontrada no presente estudo de casos de estupro nas residências das vítimas (62,38%), estando estas situadas sobretudo na faixa etária de 10 a 14 anos (48,85%), destaca-se a pesquisa realizada por Ribeiro et al. (2004) no âmbito da violência sexual intrafamiliar, a qual mostra que a criança ou adolescente do sexo feminino é, de fato, a vítima preferencial dos agressores sexuais. Os pesquisadores discutem ainda que elas estão inseridas numa estrutura que as agride do ponto de vista das relações de poder, tanto pela capacidade física, mental e social do agressor, quanto pela imaturidade das vítimas, e sua submissão à autoridade paterna e dos mais velhos. Dessa maneira pode-se perceber a desigualdade de gênero como facilitadora nesse tipo de agressão.

Ainda nesse sentido, um estudo realizado por Delziovo et al. (2018) no período entre 2008 e 2013, no estado de Santa Catarina, chama a atenção para a questão da gravidez decorrente da violência sexual, cujo percentual foi de 7,6% dos casos notificados no período estudado. Os autores destacam que a maioria das vítimas tinha entre 10 e 14 anos e baixa escolaridade. Outro aspecto importante pontuado no estudo foi a violência sexual de repetição como fator facilitador para a ocorrência de gravidez, ao ser comparada com casos tipificados como episódio único.

As notificações de estupro identificadas nesse estudo foram protagonizadas por supostos agressores do sexo masculino (99,5%). Nessa linha, frisa-se uma pesquisa realizada por Cecchetto et al. (2016), a qual identifica a infância e adolescência como fases em que se iniciam os padrões comportamentais que levam homens a usarem a violência contra as mulheres. As autoras enfatizam a importância de se repensar e discutir a associação entre violência e masculinidade, no intuito de desassociar o atributo agressividade como sendo algo natural do sexo masculino.

Nesse aspecto, para Kuzma et al. (2017), um fator crucial no combate à formação de estereótipos é a educação. Seu avanço e fortalecimento podem agir na desconstrução de características, historicamente erguidas, supostamente

típicas de um determinado gênero, como, por exemplo, a concepção frágil e subalterna da mulher na sociedade. Para as autoras, o debate em torno desse tema tem papel central na transformação social, e as lutas feministas são de grande importância para a sua ampliação, bem como para a criação de políticas públicas capazes de assegurar os direitos da mulher. Assim, ressalta-se a importância da implementação dos programas escolares visando promover a informação e educação voltadas aos jovens nesse contexto, assim como subsidiar estratégias de enfrentamento à violência de gênero, caracterizadas pela prevenção ao invés de punição (CHACHAM; JAYME, 2016).

No que diz respeito à evolução dos casos e ao encaminhamento dos mesmos, em nenhuma das 420 notificações houve preenchimento desses campos. Vale lembrar que esse conjunto de informações é útil para a obtenção de um diagnóstico do tratamento dos casos de violência sexual de modo geral, e se esses tem algum tipo de direcionamento específico, se são levados ao Conselho Tutelar, Ministério Público, Defensoria Pública, dentre outras entidades. Assim, o fortalecimento dos postos de preenchimento desses formulários e recepção da vítima é imprescindível para potencializar o Sinan como gerador de informações desse tipo.

O presente estudo possui limitações que são típicas das buscas em banco de dados secundários (SANTOS et al., 2018), considerando que a qualidade do preenchimento de variáveis presentes na ficha de notificação pode ser deficitária, além da alimentação incorreta do sistema que se configuram como fatores limitantes. Apesar disso, são tipos de pesquisas importantes, uma vez que auxiliam na identificação das características das vítimas, fornecendo visibilidade a esse problema de saúde pública (SENA et al., 2018). Assim, podemos afirmar que o investimento nos profissionais responsáveis por receber a vítima e proceder a notificação é indispensável, no intuito de que os mesmos estejam preparados para ir além da coleta de dados e geração de informações, procedendo ao devido encaminhamento e tratamento às vítimas de violência sexual. Da mesma forma, o fortalecimento do laço entre saúde e segurança pública é essencial, para que sejam tomadas as medidas adequadas de modo a evitar que a vítima fique desassistida.

Conclusão

As notificações sobre violência sexual, tipificadas como estupros no município de Porto Velho no período de 2015 a 2017, retratam a maior parte das vítimas do sexo feminino, entre 10 e 14 anos de idade, agredidas em suas próprias residências e, em sua maioria, por pessoas do seu convívio social. Tais dados estão em consonância com os resultados de outros trabalhos nesse contexto, conforme demonstrado.

Esse estudo mostra a necessidade de implementação de políticas de enfrentamento dos casos de violência contra a mulher que sejam efetivas e que estejam voltadas não somente para a pós-denúncia, mas também no desenvolvimento de mecanismos que atuem na base educativa da população. A desconstrução de estereótipos culturais de agressividade e subalternidade é imprescindível. É fundamental também o auxílio às mulheres vítimas de companheiros e parentes que, inibidas pela posição social e financeira, são submetidas a repetidos casos de violência.

Finalmente, mostrou-se que o acompanhamento das vítimas não é realizado adequadamente. Em todas as notificações analisadas, nenhuma indicou a evolução do caso ou os encaminhamentos dado à vítima. Esses dados são importantes geradores de informações e, por essa razão, os profissionais e entidades de saúde envolvidas devem estar amplamente preparadas para proceder a todos os procedimentos de notificação necessários.

Referências

ABATH, M.B., et al. Avaliação da completude, da consistência e da duplicidade de registros de violências do Sinan em Recife, Pernambuco, 2009-2012. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 23, n. 1, p.131-142, jan-mar, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. *Viva: instrutivo notificação de violência interpessoal e autoprovocada* [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_violencia_interperssoal_autoprovocada_2ed.pdf> Acesso em 22 out. 2019.

CAMPOS, M.A.M.R., et al. Violência Sexual: integração saúde e segurança pública no atendimento imediato à vítima. *Saúde e Sociedade*, v.14, n.1, p.101-109, jan-abr, 2005.

CECCHETTO, F. et al. Violências percebidas por homens adolescentes na interação afetivo-sexual em dez cidades brasileiras. *Interface - Comunicação, Saude, Educaçao*, v. 20, n. 59, p. 853-64, 2016.

CHACHAM, A.S.; JAYME, J.G. Violência de gênero, desigualdade social e sexualidade: As experiências de mulheres jovens em Belo Horizonte. *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.*, v.16, n. 1, p. 1-19, 2016.

COSTA, M.C.O., et al. O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, n. 5, p.1129-1141, 2007.

DELZIOVO, C.R., et al. Qualidade dos registros de violência sexual contra a mulher no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) em Santa Catarina, 2008-2013. *Epidemiol. Serv. Saude*, Brasília, v. 27, n. 1, p. 1-12, 2018.

DELZIOVO, C.R., et al. Violência sexual contra a mulher e o atendimento no setor saúde em Santa Catarina – Brasil. *Ciênc. saúde colet.*, v. 23, n. 5, p. 1687-96, 2018.

FACURI, C.O. et al. Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 5, p. 889-898, mai, 2013.

GASPAR, R.S.; PEREIRA, M.U.L. Evolução da notificação de violência sexual no Brasil de 2009 a 2013. *Cad. Saúde Pública*, v. 34, n. 11, p. 1-10, 2018.

GUIMARÃES, J.A.T.L.; VILLELA, W.V. Características da violência física e sexual contra crianças e adolescentes atendidos no IML de Maceió, Alagoas, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 8, p. 1647-1653, ago, 2011.

KUZMA, J.M.G., et al. Contribuição pedagógica do movimento feminista no combate à violência de gênero. *Revista Multidisciplinar em Educação*, Porto Velho, v. 4, n. 9, p. 48-64, set/dez, 2017.

MARTINS, C.B.G; JORGE, M.H.P.M. Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 246-55, abr-jun, 2010.

MIRANDA, M.I.F., et al. Violência sexual contra crianças e adolescentes em um município da Região Norte do Brasil. *Rev. Soc. Bras. Enferm. Ped.*, v.14, n.2, p. 96-104, dez., 2014.

OLIVEIRA, A.L.P.F., et al. Fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras. *Rev Saúde Pública*, v. 43, n. 2, p. 299-310, 2009.

OLIVEIRA, E.M., et al. Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo. *Rev. Saúde Pública*, v. 39, n. 3, p. 376-82, 2005.

RIBEIRO, M.A., et al. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 456-464, mar-abr, 2004.

SANTOS, M.J., et al. Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola – Brasil, 2010-2014. *Epidemiol. Serv. Saude*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 1-10, 2018.

SCHRAIBER, L.B., et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Rev Saúde Pública*, v. 41, n. 5, p. 797-807, 2007.

SENA, C.A., et al. Incidência de violência sexual em crianças e adolescentes em Recife/Pernambuco no biênio 2012- 2013. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 5, p. 1591-1599, 2018.